

PPA | Plano Plurianual

Capacitação dos Municípios para a Elaboração dos
Planos Plurianuais 2022-2025

Módulo 3 | Indicadores e Avaliação

Março 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:

Capacitação dos Municípios para a Elaboração dos Planos Plurianuais 2022-2025 / Rio Grande do Sul. Módulo 3 – Indicadores, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre : Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2021.

31 p. : il.

1. Ciência Política. 2. Planejamento Governamental. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. II. Título.

CDU 320

Bibliotecária responsável: Irma Carina Brum Macolmes – CRB 10/1393

Revisão e atualização do conteúdo:

Juliana Feliciati Hoffmann – Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão do Departamento de Planejamento Governamental (DEPLAN/SPGG)

Fernanda Rodrigues Vargas - Analista Pesquisadora do Departamento de Planejamento Governamental (DEPLAN/SPGG)

Gisele da Silva Ferreira - Analista Pesquisadora do Departamento de Planejamento Governamental (DEPLAN/SPGG)

Sumário

1	INTRODUÇÃO	4
2	INDICADORES E O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	5
2.1	DEFINIÇÃO DA AGENDA	6
2.2	FORMULAÇÃO	6
2.3	IMPLEMENTAÇÃO	9
2.4	AVALIAÇÃO	10
3	PROPRIEDADES DOS INDICADORES	11
3.1	PROPRIEDADES ESSENCIAIS	11
3.2	PROPRIEDADES COMPLEMENTARES	12
4	TIPOS DE INDICADORES	13
5	FONTES DE DADOS	15
6	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	21
6.1	MONITORAMENTO	21
6.2	AVALIAÇÃO	22
7	AGENDA 2030 - OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	26
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
9	REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO¹

O Módulo II do curso apresentou a metodologia de elaboração dos Programas do PPA 2020-2023 do Estado do Rio Grande do Sul, detalhando todas as etapas necessárias para que os objetivos definidos pelo nível estratégico sejam elaborados na prática no nível tático. A metodologia proposta busca o adequado desenho de um programa, a partir das situações-problema elencadas, o que facilita a identificação de indicadores que permitam o monitoramento e avaliação (Cassiolo, 2010).

Para tanto, a teoria da mudança deve orientar a estratégia de formulação e implementação do programa, bem como para a definição dos indicadores para o seu monitoramento e sua avaliação.

Uma vez elaborado o programa, a etapa de monitoramento busca realizar o seu acompanhamento contínuo ou periódico, buscando verificar se a implementação está sendo feita conforme os objetivos e as metas inicialmente planejados (Brasil, 2016). Assim, essa etapa também busca verificar se os instrumentos utilizados para a gestão das políticas públicas estão sendo os mais adequados, além de identificar problemas na implementação que possam ser corrigidos.

A teoria da mudança apoia, também, o desenho das medidas e a verificação do desempenho do programa para, caso necessário, sugerir mudanças em seu novo ciclo (Cassiolo, 2010). Nessas condições, a avaliação de políticas públicas permite uma gestão orientada pelas evidências, devendo ser vista como um recurso que fornece informações para auxiliar os gestores em situações de tomada de decisão. A avaliação também proporciona maior transparência às ações, podendo ser utilizada como uma forma de prestação de contas à sociedade sobre o desempenho dos programas do Governo. Ao contrário do monitoramento, ela é realizada em um momento pontual e tem um papel mais finalístico.

Diante da relevância dessas etapas do ciclo de políticas públicas, esse módulo tem como objetivo orientar o processo de construção e seleção de indicadores necessários para o monitoramento e a avaliação dos Programas, Ações Programáticas e Iniciativas dos Planos Plurianuais Municipais que compreendem o período de 2022 a 2025, bem como das demais políticas públicas em geral.

¹ Este curso foi baseado no **Curso de introdução à elaboração do PPA 2020-2023**, ofertado pelo Departamento de Planejamento Governamental da Secretaria de Planejamento do Estado em 2019. Realizado na modalidade semipresencial, o curso tinha o objetivo de propiciar nivelamento básico sobre planejamento governamental e apresentar a metodologia de elaboração do Plano Plurianual 2020-2023 aos servidores do Estado que fazem parte da Rede de Planejamento e Orçamento do Estado do Rio Grande do Sul.

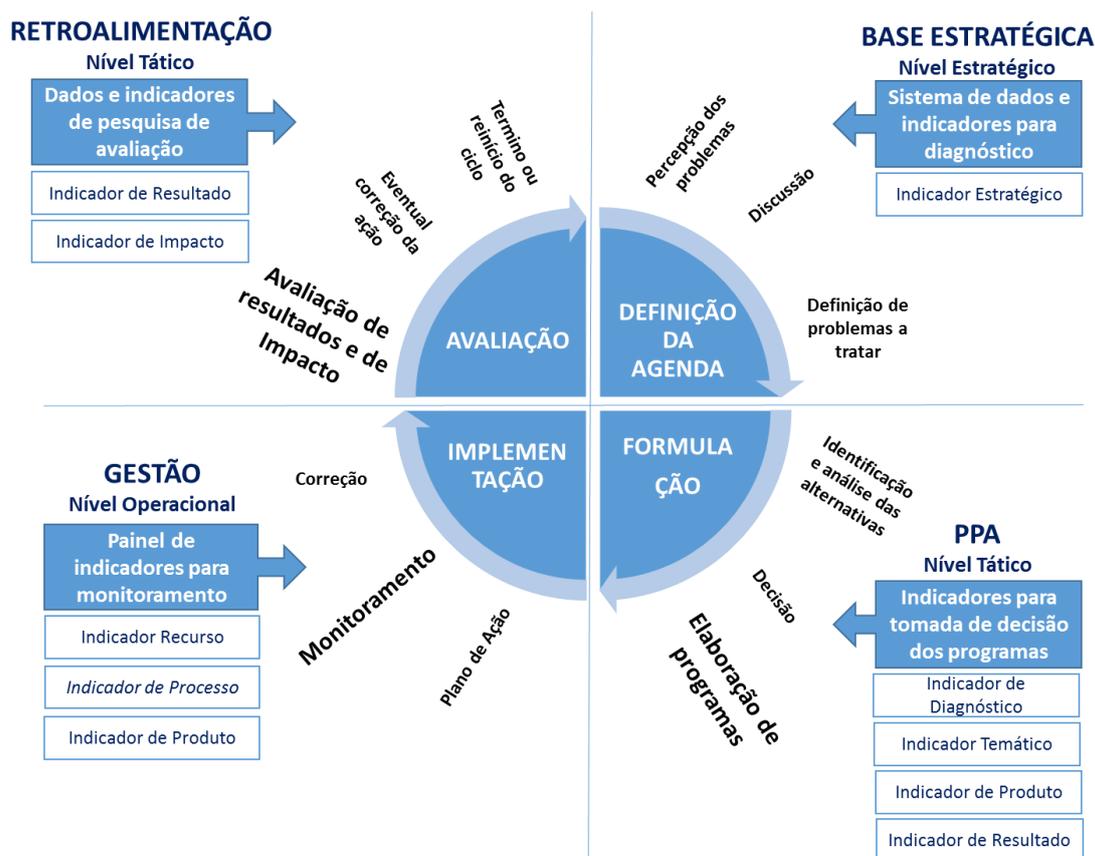
2 INDICADORES E O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Os indicadores são instrumentos de medida usados para monitorar aspectos relacionados a um determinado conceito, fenômeno, problema ou resultado de uma intervenção. Traduzem aspectos da realidade em um resultado quantitativo por meio de números, taxas ou índices, tornando possível sua observação e avaliação. Além disso, possibilitam monitorar a efetividade de um programa, tornando seu uso mais estratégico. Ajudam a medir os efeitos da gestão com relação aos grupos temáticos de modo a avaliar sistematicamente o andamento do processo.

Os dados são a base para a construção dos indicadores, os quais agregam a informação em um valor. Este valor trará um **retrato** da situação no momento. No contexto das políticas públicas, o valor do indicador também dá indícios do desempenho do programa definido para atacar a situação-problema.

Os indicadores são, portanto, **muito úteis no Ciclo das Políticas Públicas**. Na figura 1, abaixo, é possível verificar a inserção dos indicadores nas diferentes etapas do ciclo de políticas públicas e sua interação com o Plano Plurianual. A inserção em cada uma das etapas será detalhada a seguir.

Figura 1. O ciclo de políticas públicas e a utilização de indicadores



Fonte: Elaboração própria

2.1 DEFINIÇÃO DA AGENDA

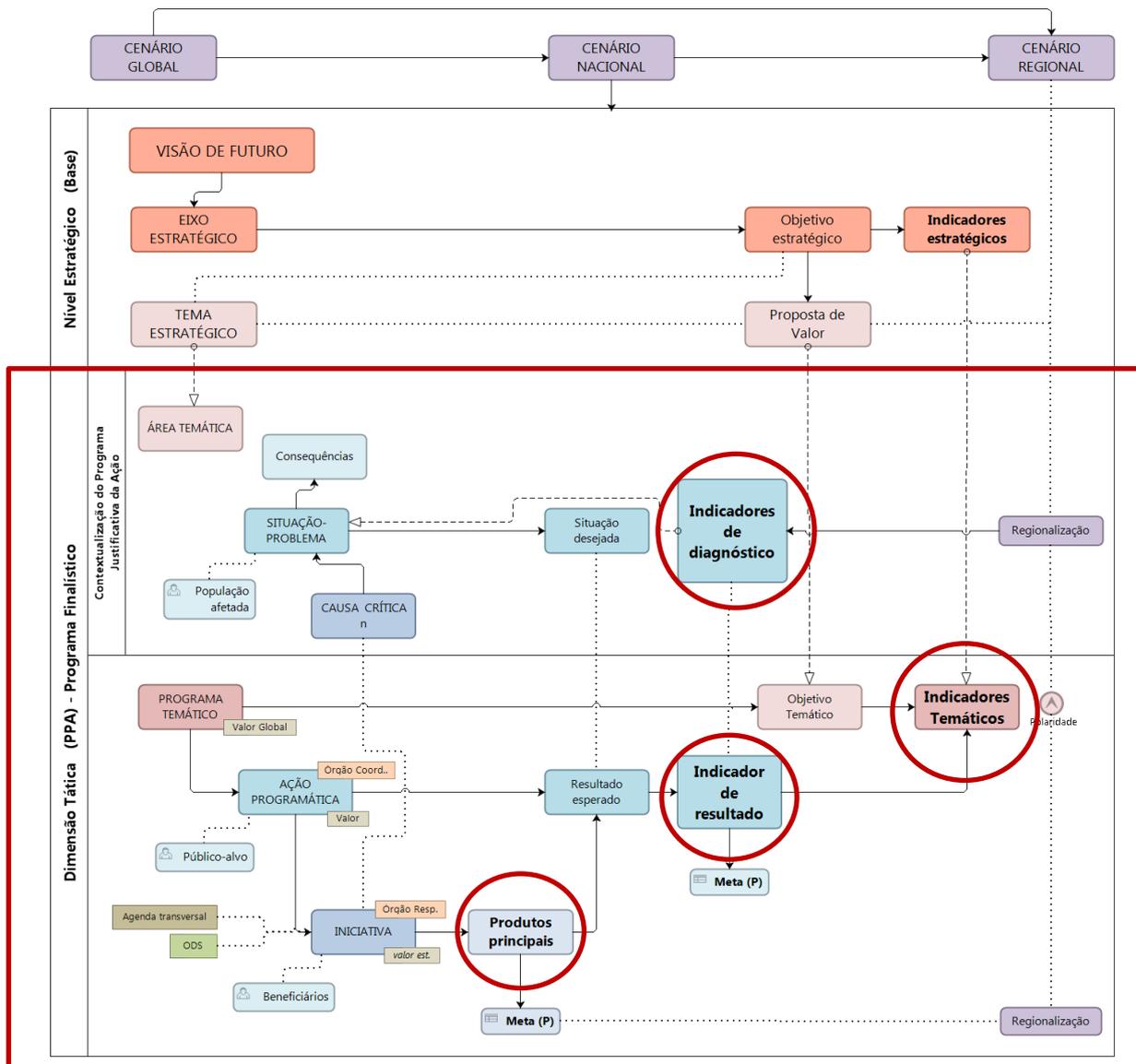
A primeira etapa do ciclo, de definição da agenda, caracteriza o momento no qual o problema ganha relevância política e passa a receber atenção prioritária dos gestores do governo (Brasil, 2016). Em relação ao processo de elaboração do PPA, essa etapa se traduz na definição do mapa estratégico de governo e respectivos indicadores estratégicos definidos para cada objetivo estratégico.

Portanto, nesta etapa os **indicadores estratégicos** provenientes do nível estratégico são os que buscam mensurar a evolução das mudanças mais macro que se pretende provocar com a política pública elencada.

2.2 FORMULAÇÃO

Na formulação da política insere-se a etapa de elaboração dos Programas do PPA. Conforme visto no módulo II, quatro diferentes tipos de indicadores compõem a estruturação final do Programa Temático no PPA 2020-2023 do Estado do Rio Grande do Sul, os quais são apresentados novamente na Figura 2 abaixo.

Figura 2 – Estruturação Final do Programa Temático PPA 2020-2023 do Rio Grande do Sul



Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2019. Marco Metodológico PPA 2020-2023.

Para contextualização do Programa Temático serão utilizados **indicadores temáticos**, que são medidas que permitem retratar e mensurar a evolução quantitativa da(s) mudança(s) macro que se pretende provocar com o Programa Temático. Eles têm como base os **indicadores estratégicos** oriundos do nível estratégico, os quais medem a evolução das mudanças mais macro que se pretendem provocar. Para esses indicadores deve-se estabelecer a **polaridade**, isto é, o comportamento que se espera do indicador a partir da implementação do Programa, que poderia ser, por exemplo: positiva/ negativa, crescimento/decrescimento, maior/menor, etc.

No que diz respeito às Ações Programáticas, por sua vez, serão utilizados inicialmente **indicadores de diagnóstico**, que buscam traduzir as situações-problema no momento inicial

da elaboração da Ação. Os indicadores podem ser distintos conforme a região e/ou a população considerada e permitem, também, analisar e monitorar a evolução da situação-problema ao longo da implantação da intervenção. A questão da regionalização será abordada no módulo IV.

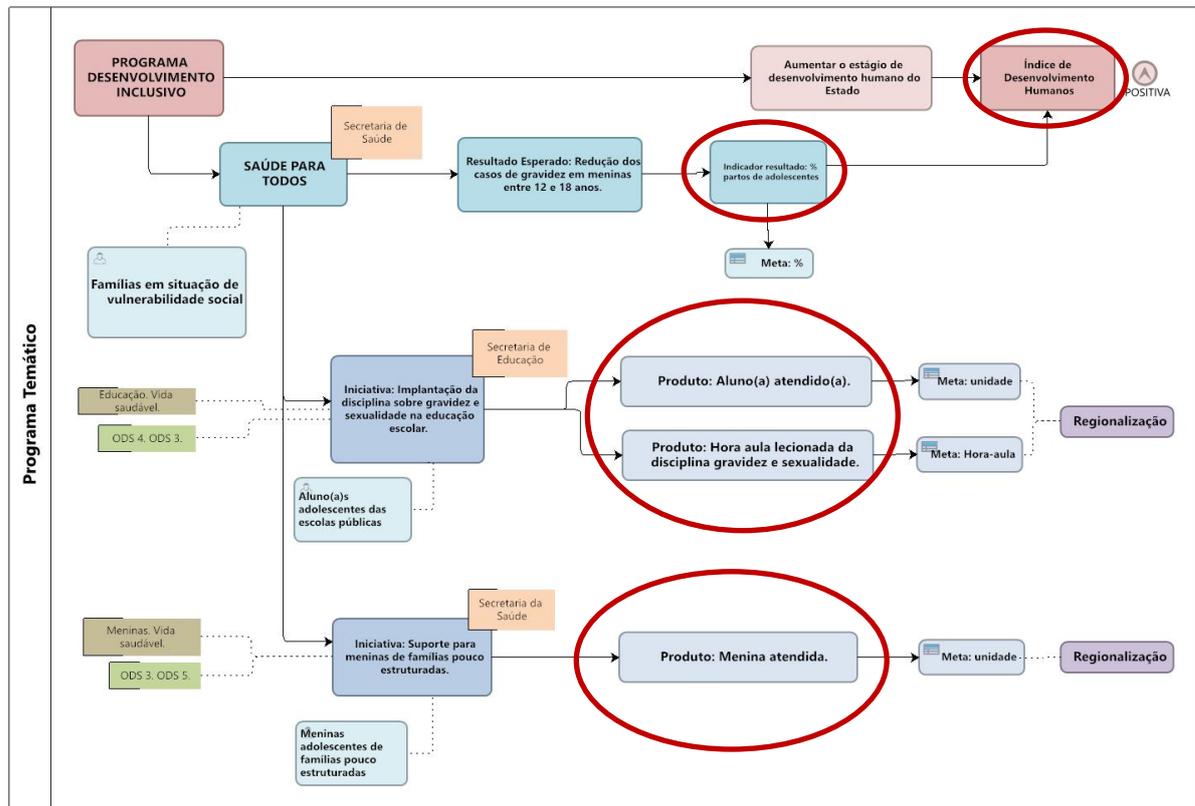
Os indicadores de diagnóstico devem dialogar com os chamados **indicadores de resultado**, que são medidas que visam retratar e acompanhar a evolução quantitativa da situação-problema, tendo como característica principal o fato de que devem ser sensíveis à intervenção governamental.

Os **indicadores de produto**, traduzidos no PPA como **produtos principais** das iniciativas, podem ser definidos como bens e serviços ofertados diretamente para beneficiários e resultantes diretos do processo de produção de uma iniciativa. A cada iniciativa corresponde um ou mais produtos principais. Produtos tratam-se, portanto, de uma reformulação da Iniciativa do ponto de vista de quem as recebe (beneficiário). Esses devem, sempre que possível, ser regionalizados conforme será apresentado no último módulo deste Curso.

No PPA 2020-2023 do Estado, tanto para indicadores de resultado quanto para indicadores de produto era necessário registrar o valor mais recente apurável quando da elaboração do Plano (Linha de Base) e registrar os valores desejados (Metas) para os quatro anos de duração do PPA.

Considerando o exemplo abordado no módulo II (Figura 3), replicado abaixo, pode-se visualizar cada um dos tipos de indicadores do Plano Plurianual.

Figura 3 – Exemplo de Indicadores de um Programa Temático



Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2019 (com alterações).

2.3 IMPLEMENTAÇÃO

Uma vez elaborados os programas, se dá início à fase de implementação, no nível operacional. Nesta etapa, a obtenção de um painel de indicadores consistente possibilita o monitoramento adequado para acompanhar a execução dos programas. Maiores detalhes sobre o monitoramento serão fornecidos na seção Monitoramento e Avaliação.

Cada fase de implementação de políticas públicas e programas é monitorada com o objetivo de avaliar os resultados definidos no planejamento, utilizando **indicadores de recurso, de processo ou de produto**. Assim, caso ocorra alguma situação não prevista no processo que possa prejudicar o resultado esperado, o gestor terá como identificar e modificar.

Os **indicadores de recurso (insumo)** refletem a disponibilidade de *recursos* humanos, financeiros ou equipamentos a serem utilizados em programa, ou seja, possuem relação direta com os recursos a serem alocados. Considerando as diferentes fases de implementação, eles se inserem na etapa inicial da implementação.

Os **indicadores de processo** representam o *esforço* empreendido na obtenção dos resultados. Considerando as diferentes fases de implementação, eles se inserem ao longo da implementação. No caso do PPA 2020-2023 do RS, este tipo de indicador se traduz no nível operacional, que contempla a gestão.

Já os **indicadores de produto** se inserem na fase final de implementação e medem o alcance de *metas* físicas, expressando as entregas de produtos ou serviços aos beneficiários. Conforme visto na etapa de formulação, os **indicadores de produto** se traduzem no PPA como **produtos principais** das iniciativas, resultantes diretos do processo de produção de uma iniciativa.

2.4 AVALIAÇÃO

A avaliação, por sua vez, consiste na etapa de apreciação dos resultados e impactos produzidos por uma intervenção, sendo os resultados no curto prazo e os impactos no médio e longo prazo. A etapa de avaliação é fundamental para a retroalimentação do ciclo de políticas públicas.

Neste ponto, os **indicadores de resultado**, planejados na etapa de formulação, são as medidas que expressam os *benefícios* no público-alvo decorrentes das Iniciativas realizadas pela Ação Programática. Além desses, os **indicadores de impacto** medem os *efeitos* do programa na sociedade com base nas estratégias governamentais de médio e longo prazo.

Quadro 1. Exemplo de programas e respectivos indicadores, conforme as fases de implementação da política

Programa de Atenção à Saúde Básica – Doenças crônicas				
1. Indicadores de recurso (insumo)	2. Indicadores de processo	3. Indicadores de produto	4. Indicadores de resultado	5. Indicadores de impacto
<ul style="list-style-type: none">• Médicos para atendimento nas UBS• Consultórios	<ul style="list-style-type: none">• Número de consultas	<ul style="list-style-type: none">• Número de pacientes atendidos	<ul style="list-style-type: none">• Prevalência de doenças crônicas	<ul style="list-style-type: none">• Mortalidade por doenças crônicas

3 PROPRIEDADES DOS INDICADORES

Os indicadores são de grande importância para o acompanhamento e avaliação das políticas públicas, conforme relatado na seção anterior, tendo a função de auxiliar o gestor a analisar quantitativamente a eficácia da política, seja para a sua continuidade, seja para modificações.

Para isso, a construção do indicador deve considerar algumas propriedades que definem a consistência da agregação da informação e até mesmo a relevância do indicador, isto é, **qual será a utilidade da informação?**

Assim, as **propriedades dos indicadores** podem ser úteis para identificar se os indicadores que estão sendo definidos são de fato medidas adequadas. Tais características podem ser divididas em dois grupos: **essenciais** e **complementares** (Brasil, 2016), conforme descrito e exemplificado abaixo.

As **propriedades essenciais** devem ser consideradas no **momento da escolha do indicador**, pois são critérios desejáveis a qualquer indicador. Já as **propriedades complementares**, embora também importantes, podem passar por uma análise de *trade-off* (situação em que há conflito de escolha).

3.1 PROPRIEDADES ESSENCIAIS

Validade: é a capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a realidade que se deseja medir e modificar. O indicador deve refletir o fenômeno a ser monitorado. Deve-se fazer a seguinte pergunta: *o indicador realmente mede o que se pretende alcançar?*

Por exemplo, se o interesse for avaliar as condições de saúde de uma população com base na oferta de serviços na área da saúde, dois indicadores poderiam ser empregados:

- 1) Número de médicos por habitantes
- 2) Taxa de mortalidade

Para essa situação o indicador 1 teria mais validade para medir as condições de ofertas de serviços de saúde, enquanto o segundo retrataria de forma mais próxima a situação resultante da "falta de saúde".

Confiabilidade: o indicador deve ter origem em **fontes confiáveis**, que utilizem metodologias reconhecidas e transparentes de coleta, processamento e divulgação, de forma que diferentes avaliadores possam chegar aos mesmos resultados. Isto é, *os dados utilizados são confiáveis?*

Por exemplo: Para o cálculo da taxa de mortalidade por causas violentas de uma determinada população uma fonte de dados confiável é o Sistema de Informações sobre a

Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS) / DATASUS - Departamento de Informática do SUS.

Na seção 5 serão apresentadas algumas fontes de dados organizadas de acordo com cada temática de interesse.

Simplicidade: o indicador deve ser de fácil obtenção, construção, manutenção, comunicação e entendimento pelo público em geral. Não deve envolver dificuldades de cálculo ou de uso. Deve-se questionar: *é fácil obter o indicador e o público em geral entende o que ele quer traduzir?*

3.2 PROPRIEDADES COMPLEMENTARES

Sensibilidade: o indicador deve refletir as variações do fenômeno, mesmo que mínimas, decorrentes das intervenções realizadas. Um indicador com baixa sensibilidade, por exemplo, pode não demonstrar mudanças significativas estatisticamente, após a implementação de uma determinada política pública. Isto pode ocorrer não somente porque não se melhorou as condições de vida da população, mas também porque o indicador não possui sensibilidade suficiente para avaliar o tópico em questão.

Desagregabilidade: capacidade de representar os grupos sociodemográficos de forma regionalizada, considerando a dimensão territorial como um componente na implementação de políticas públicas. Os indicadores sociais devem considerar os espaços geográficos em análise (estados, municípios, etc.), os subgrupos sociodemográficos (crianças, mulheres, pessoas idosas, etc.) ou grupos vulneráveis específicos (desempregados, analfabetos, etc.).

Economicidade: capacidade de o indicador ser obtido a custos moderados ou nulos. Isto é, a relação entre os custos de obtenção dos dados, suas atualizações, e os benefícios provenientes, deve ser sustentável.

Estabilidade ou Historicidade: possibilidade de estabelecer séries históricas estáveis, que permitam monitoramentos e comparações, para que se possa avaliar o desempenho ao longo do tempo (viabilidade de um acompanhamento periódico).

Mensurabilidade: capacidade de alcance e mensuração quando necessário, com maior precisão possível e sem ambiguidade.

Auditabilidade: qualquer pessoa deve sentir-se apta a verificar a boa aplicação das regras de uso dos indicadores (obtenção, tratamento, formatação, difusão, interpretação). Isto é, a qualquer momento, a verificação dos dados referentes à construção e gestão dos indicadores deve ser possível de ser efetivada.

4 TIPOS DE INDICADORES

Os indicadores podem ser classificados como simples ou complexos, dependendo da forma de cálculo e quantidade de informação, conforme detalhado abaixo.

Os indicadores simples podem ter diferentes apresentações, as quais são detalhadas no quadro 2.

Quadro 2 – Forma de apresentação dos indicadores simples

Indicador	Descrição do cálculo	Exemplos
Frequência simples	Contagem simples	Número de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto
		População de 15 anos ou mais de idade
Média	Somam-se todos os valores observados e divide-se pelo número de observações	Rendimento médio dos assalariados
		Número médio de alunos
Razão	Cálculo: a/b , sendo que a e b são medidas separadas e excludentes, ou seja, a não está incluído em b.	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 10% mais pobres
		Densidade demográfica do RS
Proporção	Cálculo: a/b , sendo que a está sempre incluído em b. Expressa a relação entre determinado número de ocorrências e o total dessas ocorrências.	Proporção de idosos na população
		Proporção de mulheres ocupadas
Taxa	Cálculo: $(\text{casos observados/casos possíveis}) \times 10^n$	Taxa de evasão
		Taxa de desemprego

Os indicadores compostos, também denominados indicadores sintéticos ou índices sociais, são construídos a partir de operações realizadas com dois ou mais indicadores simples, considerando a mesma ou diferentes dimensões da realidade social. Esse tipo de indicador possui capacidade de síntese para avaliar o bem-estar geral da população, condições de vida, ou nível socioeconômico de grupos sociais.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo, é um indicador composto usado para medir e comparar a qualidade de vida entre os países. Possui três dimensões: desenvolvimento saúde (medida pela esperança de vida ao nascer), educação (média de anos de educação de adultos e expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar) e renda (medida pela Renda Nacional Bruta per capita), conforme mostra a figura 4. O resultado final varia de zero a um, sendo que quanto maior o índice mais desenvolvido o país.

Figura 4 – Indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



Fonte: www.politize.com.br/idh-o-que-e/

5 FONTES DE DADOS

Considerando que os indicadores buscam retratar uma imagem integrada e resumida de diversos fenômenos sociais, econômicos, demográficos, políticos, entre outros, a obtenção dos dados que servirão de base para a construção dos indicadores é um ponto muito importante.

Os dados podem ser classificados como primários ou secundários, sendo a diferença entre eles a forma da obtenção. Os **primários** correspondem aos dados administrativos ou de pesquisa coletados diretamente do informante. São obtidos pelo pesquisador com o uso de instrumentos de coleta como questionários e entrevistas. Alguns exemplos deste tipo de fonte são as pesquisas amostrais e censos demográficos. No dado primário tem-se a confiabilidade da coleta diretamente na fonte, mas seu custo e tempo operacional são dispendiosos (SESI, 2010).

Os dados **secundários** correspondem a um conjunto de dados que já foram coletados e disponibilizados, podendo já ter sido até mesmo analisados. Exemplo deste tipo de fonte de dados são os registros administrativos, as publicações em revistas, e dados na internet. A obtenção desse tipo de dado é realizada de forma mais rápida e com custos menores ou nulos.

Vale ressaltar que, independente do tipo de dado, a metodologia utilizada para a coleta dos dados é uma informação importante para a análise, pois indicará quais as restrições de uso do dado para que apresente resultados confiáveis e corretos.

Em relação às fontes de dados, podem ser identificados dois tipos, sendo eles administrativos ou de pesquisa. Os registros **administrativos** contemplam os dados registrados sistematicamente por meio de processos administrativos e depois organizados. **As informações de pesquisa** são coletadas por meio de pesquisa amostral ou censo, em um período de referência específico, normalmente na forma de questionários. O censo é o conjunto de dados de toda a população, realizado a cada dez anos no Brasil. A **pesquisa amostral**, por sua vez, é um **subconjunto de dados** extraído de uma determinada população. É uma alternativa ao censo, por ter custo e tempo de coleta menores.

Algumas fontes de dados oficiais do País são oriundas de organizações públicas do âmbito federal, estadual e municipal que produzem os dados e analisam as informações. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é responsável pelo censo demográfico brasileiro, principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios do país, e pela pesquisa amostral PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). A PNAD é planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho, entre outros indicadores.

No quadro 3 a seguir são apresentadas fontes de dados existentes para obtenção de dados secundários, separados por área e setor ao qual pertencem, contendo a descrição do sistema e da base de dados, além da localização dos dados.

Com a disponibilidade das Estatísticas Públicas, e considerando que o passo seguinte seja a construção do indicador desejado, é de fundamental importância considerar as propriedades e características indicadas na seção anterior.

Quadro 3: Fontes disponíveis para obtenção de dados secundários, por área e setor.

Área	Setor	Sistemas/Bases de Dados	Localização	Resumo
Multidimensional		Atlas Socioeconômico do RS	https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial	Publicação online que fornece informações especializadas (mapas) sobre a realidade socioeconômica do RS.
		FEEDADOS	http://feedados.fee.tche.br/feedados/	Acesso a dados socioeconômicos do RS.
		SIDRA IBGE	www.sidra.ibge.gov.br	Banco de tabelas estatísticas do IBGE
		IPEADATA	www.ipeadata.gov.br	Base de dados macroeconômica, regional e social
Ambiental	Unidades de Conservação	Portal de Dados Abertos do Ministério do Meio Ambiente	http://dados.mma.gov.br/dataset/unidadesdeconservacao	Banco de dados com informações oficiais do Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC), obtidos a partir dos órgãos federais, estaduais e municipais
	Indicadores de Desenvolvimento Sustentável	SIDRA IBGE	https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ids/tabelas	Indicadores para acompanhamento da sustentabilidade do padrão de desenvolvimento do país.
	Dados Abertos Ambientais	Portal de Dados Abertos do Governo Federal	https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMDU1N2MyN2UtYjMyYS00ZjAzLTg2MWItODYyYjNiMWZiMDE2IiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThmM2M1NTBINyJ9	Dados Ambientais do Ministério do Meio Ambiente e Entidades Vinculadas disponibilizados no Portal de Dados Abertos do Governo Federal.
	Atlas Brasileiro de Desastres Naturais	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	http://www.ceped.ufsc.br/atlas-brasileiro-de-desastres-naturais-1991-a-2012/	Informações sobre desastres naturais e tecnológicos nos estados brasileiros.
	Sistema Integrado de Informações sobre Desastres	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	https://s2id.mi.gov.br/	Acesso à série histórica de informações sobre Reconhecimentos federais sobre situações de emergência e Estado de calamidade pública. Acesso a relatórios de reconhecimentos realizados e reconhecimentos vigentes, entre outros.
	Mapa Interativo - rede observacional	CEMADEN - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	http://www.cemaden.gov.br/mapainterativo/	Dados de pluviométricos, hidrológicos, meteorológicos dos municípios do Brasil.

Área	Setor	Sistemas/Bases de Dados	Localização	Resumo
Econômica	Trabalho, Emprego	Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia	http://trabalho.gov.br/portal-mte/	Acesso às bases de dados e informações do Ministério da Economia
	Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)	Ministério da Economia (BR)	http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php	Acesso ao CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) fornecendo dados sobre total de empregados e desempregados, saldo da movimentação, possibilitando uma avaliação sobre o mercado de trabalho. Acesso à RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) fornecendo dados sobre o total de trabalhadores e de estabelecimentos. É possível selecionar determinadas atividades econômicas (ex. atividades da indústria), além de informações sobre o perfil do trabalhador (ex. escolaridade, idade, faixa de remuneração, etc.) Para acesso aos dados utilize login: basico / senha: 12345678
	Importação e Exportação	ComexStat	http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home	Sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro
	Estatísticas do Comércio Exterior	Ministério da Economia (BR)	http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior	Dados sobre balança comercial brasileira, lista de empresas exportadoras e importadoras do Brasil.
	PIB	DEE Indicadores	https://dee.rs.gov.br/pib-municipal	Acesso à série histórica do PIB dos municípios e do RS
	Agronegócio	DEE Indicadores	https://dee.rs.gov.br/agronegocio	Indicadores Econômicos do Agronegócio
	Construção Civil	Câmara Brasileira da Indústria da Construção	http://www.cbicdados.com.br/menu/indicadores-economicos-gerais/boletim-estatistico	Banco de dados com informações sobre o desempenho da construção civil no Brasil
	Indústria	Portal da Indústria	http://www.portaldaindustria.com.br/cni/estatisticas/	Acesso à base de estatísticas conjunturais da indústria no Brasil
	Inovação	Pesquisa de Inovação (PINTEC)	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/ciencia-tecnologia-e-inovacao/9141-pesquisa-de-inovacao.html?=&t=o-que-e	Fornecer informações para a construção de indicadores das atividades de inovação das empresas com base nas indústrias extrativas e de transformação, setores de eletricidade e gás e outros serviços selecionados.
	Censo Agropecuário	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e	Informações sobre estabelecimentos agropecuários e as atividades neles desenvolvidas.
	Pesquisa Industrial Anual (PIA)	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html?edicao=9043&t=sobre	Dados sobre pessoal ocupado, custos e despesas, gastos com pessoal, receitas, valor da produção e valor da transformação industrial.
	Contas Regionais do Brasil	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e	Fornecer estimativas do Produto Interno Bruto dos Estados, pela ótica da produção e renda.
Anuário Estatístico do Turismo	Ministério do Turismo	http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html	Informações sobre o fluxo de turistas internacionais no Brasil e em cada unidade da federação.	

Área	Setor	Sistemas/Bases de Dados	Localização	Resumo
Social	Saúde	Datasus – Informações de Saúde (TABNET)	http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02	Informações sobre saúde da população, disponibilizando diversos dados e indicadores.
		Portal Bi Saúde	http://bipublico.saude.rs.gov.br/index.htm	Informações sobre saúde da população do RS.
	Educação	Portal INEP	https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores	Informações estatísticas sobre a educação em nível nacional, sendo possível obter dados para o estado e município.
	Segurança	SSP/RS	https://www.ssp.rs.gov.br/estatisticas	Indicadores criminais do RS.
	Cultura	Sistema Nacional de Indicadores e Informações Culturais (SNIIC)	http://sniic.cultura.gov.br/	Disponibiliza dados e indicadores culturais.
	Habitação	IBGE	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao.html	Disponibiliza informações sobre habitação, como tipologia, serviços de infraestrutura disponíveis entre outros.
	Assistência Social, Transferência de Renda	Ministério da cidadania	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php?grupo=165	Disponibiliza base de dados do cadastro único, com informações sobre assistência social, pesquisa domiciliar com beneficiários do Bolsa Família, além da base de microdados.
	Monitoramento Social	Visualizador de dados Sociais (Vis DATA)	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data/home.php	Visualizador dos diversos programas, ações e serviços do Ministério da Cidadania.
	Desenvolvimento Socioeconômico	DEE Dados	https://dee.rs.gov.br/idese	Resultados do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) do Estado do Rio Grande do Sul e de suas regionalizações: municípios, microrregiões, mesorregiões, Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) e Regiões Funcionais.
	Saneamento	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)	http://www.snis.gov.br/	Base de dados sobre saneamento, com dados sobre diagnóstico anual de água e esgoto, de resíduos sólidos, sobre águas pluviais, entre outros.
	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/meio-ambiente/9073-pesquisa-nacional-de-saneamento-basico.html?=&t=o-que-e	A pesquisa fornece informações sobre o saneamento básico nos municípios, com enfoque na captação, adequação da qualidade e fornecimento, extensão a rede de esgotamento sanitário, etc.
	Censo	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	https://censo2010.ibge.gov.br/	Dados demográficos com informações sobre domicílios, população residente segundo unidades da federação e municípios.
	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil	PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	http://www.atlasbrasil.org.br/	É uma plataforma de consulta ao índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M), além de indicadores de demografia, educação, trabalho, habitação, vulnerabilidade.
	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e	Obtém informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de

				coleta os domicílios. Temas específicos abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados.
--	--	--	--	---

Área	Setor	Sistemas/Bases de Dados	Localização	Resumo
Social	Cadastro Nacional de Museus	Instituto Brasileiro de Museus	https://www.museus.gov.br/acessoinformacao/acoes-e-programas/cadastro-nacional-de-museus/	Informações sobre os museus nacionais.
	Sistema Nacional de Bibliotecas	Ministério da Cultura (BR)	http://snbp.cultura.gov.br/	Informação sobre as bibliotecas públicas nacionais.
	Anuário Estatístico dos Transportes	Ministério da Infraestrutura	https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/dados-de-transportes/anuario-estatistico-2	Publicação que disponibiliza informações consolidadas sobre a atuação dos modais de transportes, além de apresentar as perspectivas do setor.
	Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água	Agência Nacional de Águas	http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Home.aspx	Fornecer o diagnóstico dos mananciais e sistema de produção de água das sedes urbanas com indicação de ações necessárias para horizontes futuros.
	Balanco Energético do Rio Grande do Sul	Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE-RS)	https://investrs.com.br/balanco-energico	Estatísticas sobre o balanço energético do RS, além de outras informações como classificação setorial por consumo e acesso a séries históricas.
	Banco de Informações da Geração	Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)	http://www.aneel.gov.br/siga	Disponibiliza informações sobre a capacidade de geração do Brasil, a matriz de energia elétrica, fontes de energia exploradas, usinas centrais geradoras e co-geração qualificada.

6 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Considerando que os indicadores foram construídos e selecionados utilizando o conhecimento apresentado até aqui, essa seção visa detalhar as etapas de monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Tanto o monitoramento quanto a avaliação são funções de gestão indispensáveis, que ajudam a fortalecer o planejamento dos programas e a melhorar a efetividade das ações. Em apoio ao planejamento da política, a avaliação e o monitoramento são atividades que permitem: (i) acompanhar continuamente a execução de uma intervenção; (ii) comparar o resultado obtido e o previsto; e (iii) tomar decisões sobre medidas corretivas que reduzam falhas e elevem a eficiência (BRASIL, 2018).

É de fundamental importância o planejamento do monitoramento e da avaliação *antes* da implementação da política pública, ou seja, durante a etapa de formulação, o que implica na definição adequada do desenho de avaliação a ser realizado, bem como dos indicadores que serão utilizados e deverão ser coletados antes e durante a etapa de implementação (BRASIL, 2018). Em virtude disso, caso não seja planejada antes, muitas vezes torna-se inviável a realização da avaliação da política pública.

6.1 MONITORAMENTO

Por monitoramento entende-se o exame contínuo dos recursos, processos e produtos das ações realizadas. Trata-se de informação mais simples e imediata sobre a operação e os efeitos da política (BRASIL, 2018). O monitoramento é um processo realizado ao longo da implementação, feito pelo próprio órgão responsável pela política pública. Dessa forma é possível identificar problemas e falhas durante a execução, permitindo corrigir ou ajustar os planos de implementação (BRASIL, 2018).

O monitoramento permite identificar problemas no momento da implementação, os quais devem ser corrigidos para que não inviabilizem o alcance dos objetivos e das metas almejados pela política pública. Além dessa função principal, o monitoramento permite maior transparência na informação e maior visibilidade às ações de governo, fortalecendo também a prestação de contas.

No âmbito do Plano Plurianual, o acompanhamento tem como objetivo principal conhecer e registrar os avanços na execução das Ações Programáticas e Iniciativas propostas, gerando insumos para as atividades tanto de monitoramento quanto de avaliação de programas e políticas públicas, assim como para a avaliação e a tomada de decisão quanto à estratégia de Governo adotada. Dessa forma, a alimentação periódica de dados com informações sobre o andamento do planejado no PPA auxilia a análise e a tomada de decisões táticas e estratégicas quanto à correção dos rumos da implementação, servindo de subsídios

para a Revisão do PPA, quando necessário. Essa etapa pode ser realizada por meio de sistema desenvolvido para esse fim e disponibilizado via *internet*, o que facilita muito o processo. Caso isso não seja viável o uso de um sistema específico, também é possível realizar essa etapa alimentando, por exemplo, uma planilha online que os órgãos preencham e devolvam ao órgão responsável pelo acompanhamento do Plano.

Em relação ao PPA Estadual, o acompanhamento é realizado a cada quadrimestre pela Rede de Planejamento e Orçamento através do **Sistema de Informações de Planejamento e Orçamento do Estado do Rio Grande do Sul (SPO)**, desenvolvido pela PROCERGS para servir de ferramenta de coleta de informações e geração de relatórios de acompanhamento do PPA.

Os **indicadores de resultado** podem ser apurados e informados pelo responsável no **órgão coordenador** da ação programática. Por sua vez, a atualização da evolução das **Iniciativas** e das **Metas Físicas** dos seus produtos principais competirá ao encarregado no **órgão responsável** pela Iniciativa.

Nesse sentido, além do acompanhamento quantitativo referente à execução das Metas Físicas dos produtos, caberá também informar as chamadas **Realizações**, quando necessário, a fim de registrar qualitativamente a evolução da implementação da Iniciativa, tendo em vista a entrega dos produtos planejados.

Além dessas informações, os **indicadores temáticos** devem ser apurados, informados e analisados **anualmente**. Por fim, os **dados financeiros** da Administração Direta e das empresas estatais devem ser acompanhados sistematicamente.

6.2 AVALIAÇÃO

A avaliação, ao contrário do monitoramento, envolve julgamento, atribuição de valor e mensuração da política. Por definição, a avaliação é a aplicação de um conjunto de métodos de pesquisa, sendo que todos os métodos disponíveis podem circular em torno dos diferentes tipos de avaliação.

A avaliação é um instrumento poderoso de gestão e de retroalimentação do ciclo de políticas públicas, uma vez que fornece informações e subsídios para tomada de decisão dos gestores, formuladores e implementadores de programas. É crescente a relevância da avaliação no relacionamento entre os governos e as agências financiadoras, tais como o Banco Mundial e o BID. Cada vez mais, tais agências atrelam a apuração periódica ou sistemática de seus resultados aos financiamentos concedidos às políticas. O Banco Mundial, por exemplo,

recomenda e muitas vezes acompanha a aplicação de avaliações de impacto como uma das contrapartidas exigidas.

Diante disso, a avaliação deve ser pensada de maneira sistemática, sendo vital que permeie todo o ciclo de políticas públicas, desde a definição de agenda e concepção das intervenções públicas, até o encerramento da implementação, o que demanda diferentes tipos de avaliação.

A avaliação realizada antes do início do Programa, denominada **ex-ante**, procura medir a viabilidade do programa a ser implementado, no que diz respeito a sua relação de custo-benefício, de custo-efetividade e das taxas de retorno econômico dos investimentos previstos. Esse tipo de avaliação procura orientar sobre a realização de um dado programa, no que diz respeito a sua formulação e ao seu desenvolvimento, por meio de estudo de seus objetivos, dos beneficiários e suas necessidades e do seu campo de atuação.

O desenvolvimento da **Teoria da Mudança**, metodologia que foi proposta para a elaboração do PPA 2020-2023 Estadual, também pode ser utilizada como um instrumento para proceder à avaliação *ex-ante*, visando melhorar a formulação inicial do programa. Essa abordagem metodológica apoia o desenho da avaliação, focalizando nos elementos constitutivos do programa e identificando quais questões de avaliação devem ser colocadas.

A avaliação **intermediária** é conduzida durante a implementação de um programa, como forma de adquirir mais conhecimento quanto a um processo de aprendizagem para o qual se deseja contribuir. Este tipo de avaliação, denominada **avaliação de processo**, não se preocupa com a efetividade do programa, pois focaliza seus processos e mecanismos de execução. Sua função maior é a de observar em que medida o programa está sendo implementado como planejado. Assim, a avaliação de processo se constitui, basicamente, em um instrumento que se preocupa em diagnosticar possíveis falhas de um programa, no que diz respeito aos instrumentos, procedimentos, conteúdos e métodos, adequação ao público-alvo, visando o seu aperfeiçoamento, através da interferência direcionada para seus aspectos intrínsecos. O objetivo é dar suporte e melhorar a gestão, a implementação e o desenvolvimento do programa.

As avaliações posteriores à implementação do programa são chamadas de **ex-post** e visam trabalhar com resultados e impactos obtidos com o programa. Esta categoria de avaliação investiga em que medida o programa atinge os **resultados esperados** pelos formuladores, sendo realizada ao final da fase de implementação ou após a conclusão de um programa. O objetivo principal dessa modalidade é avaliar a **efetividade** de um programa, compreendendo em que medida o mesmo atingiu os resultados esperados.

Além da modalidade de avaliação de resultado, que guarda no seu interior os resultados esperados, há, também, a análise dos impactos gerados por um programa. A avaliação de impacto busca estabelecer e quantificar estatisticamente as relações causais entre um programa e um conjunto de resultados, verificando se os objetivos ou os impactos desejados

estão sendo alcançados. Trata-se de um tipo de avaliação associado a projeções de resultados de médio e longo prazo.

Através dessa metodologia é possível quantificar o impacto exclusivo das ações de governo, permitindo estimar as melhorias alcançadas com o programa. Para avaliar a mudança no problema a ser melhorado, ao longo do tempo, a avaliação de um programa compara a situação em dois momentos do tempo: antes e depois da implementação.

Este modelo implica a conformação de dois grupos: um que recebe a intervenção proposta pelo programa e outro que não recebe, denominado grupo controle. O grupo controle fornece um parâmetro de comparação (o "contrafactual") que representa a população-alvo caso não tivesse sido objeto de intervenção do programa. Esse parâmetro de comparação possibilita estimar o impacto do programa. Quando temos um bom grupo de comparação, a única razão para resultados diferentes entre os grupos é a intervenção oferecida pelo programa.

Considerando o desenvolvimento de um estudo de avaliação de impacto, o primeiro passo consiste na identificação dos objetivos do programa a ser avaliado, bem como de suas ações e indicadores previstos. A seguir, parte-se para a definição, junto ao órgão responsável pelo programa, de possíveis metodologias de avaliação, incluindo a identificação de grupos de tratamento e de controle; especificação de indicadores de resultado e fontes de dados e definição dos meios de investigação. Uma vez definido e colocado em prática esse plano de avaliação, parte-se para a análise de dados e interpretação dos resultados. Por fim, são apresentados, divulgados e discutidos os resultados obtidos.

Além do momento no qual ocorre, o tipo de avaliação também depende dos aspectos que se deseja privilegiar, sendo os mais comuns detalhados abaixo (COSTA, CASTANHAR, 2003):

- **Eficiência:** relação custo/benefício para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa;
- **Eficácia:** grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas;
- **Impacto (ou efetividade):** efeitos no ambiente externo no qual interveio, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e/ou ambientais;
- **Sustentabilidade:** capacidade de continuidade dos efeitos benéficos alcançados através do programa social após o seu término;
- **Análise custo-efetividade:** similar à ideia de custo de oportunidade, compara formas alternativas da ação social para a obtenção de determinados impactos, para selecionar a que atenda melhor ao objetivo;
- **Satisfação do beneficiário:** avalia a atitude do usuário em relação à qualidade do atendimento que está obtendo;

- **Equidade:** grau em que os benefícios de um programa estão sendo distribuídos de maneira justa e compatível com as necessidades do usuário.

7 AGENDA 2030 - OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No contexto de seleção e construção de indicadores para monitoramento e avaliação de políticas públicas, cabe ressaltar a importância da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que trata de metas de ação global para alcance até 2030. Compõem a Agenda 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que devem servir de orientação para as políticas nacionais e regionais, sendo seu acompanhamento fundamental.

Sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015), a Agenda 2030 resultou, em 2015, de esforço das Nações Unidas e dos governos, sociedade civil e outros parceiros para adotar formalmente uma nova agenda de desenvolvimento sustentável. Os objetivos e metas da Agenda 2030 equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. A figura 5, a seguir, apresenta os 17 objetivos previstos.

Figura 5. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Nações Unidas, 2015.

Para fins de acompanhamento dos objetivos e metas, foi criado um grupo composto por 25 representantes dos institutos nacionais de estatística dos países membros e incluindo agências regionais e internacionais como observadores, responsáveis por desenvolver um quadro de indicadores para o acompanhamento dos ODS no âmbito global. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) representa os países do Mercosul e o Chile neste grupo.

A seleção desses indicadores pressupõe a definição de uma metodologia internacionalmente padronizada para seu cálculo, que permita a comparabilidade das informações. Por outro lado, os países têm liberdade para elaborar um quadro próprio de indicadores com foco em temáticas específicas de relevância nacional, regional ou local, tendo ou não base nos referenciais do *framework* global.

A Plataforma Digital ODS (<https://ods.ibge.gov.br/>), estruturada pelo IBGE, disponibiliza um sistema de informações para o acompanhamento da Agenda 2030 no Brasil. Para cada objetivo a plataforma apresenta os indicadores propostos, conforme cada uma das metas estabelecidas. O Quadro 4 mostra os indicadores propostos para o objetivo 1, de erradicação da fome, apenas para exemplificar as informações disponíveis na plataforma para cada um dos ODS. Cabe ressaltar que nem todos os indicadores da plataforma do IBGE estão com status “produzido”. Alguns deles ainda estão em construção e outros não possuem metodologia global ou não se aplicam ao contexto do Brasil.

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza

Metas	Indicadores
Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia	Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural)
Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais	Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural).
	Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades vivendo na pobreza em todas as dimensões de acordo com as definições nacionais
Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis	Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para os seguintes grupos populacionais: crianças, população desempregada, população idosa, população com deficiência, mulheres grávidas, crianças recém-nascidas, pessoas que sofreram acidentes de trabalho, população em risco de pobreza e outros grupos populacionais vulneráveis
Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	Proporção da população que vive em domicílios com acesso a serviços básicos
	Proporção da população adulta total com direitos de posse da terra garantidos, com documentação legalmente reconhecida e que percebe os seus direitos à terra como seguros, por sexo e por tipo de posse
Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais	Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes
	Perdas econômicas diretas atribuídas a desastres em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) global
	Número de países que adotaram e implementaram estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030
Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões	Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres
	Proporção de recursos gerados domesticamente alocados pelo governo diretamente a programas de redução de pobreza
	Proporção do total das despesas públicas com serviços essenciais (educação, saúde e proteção social)
	Soma das subvenções totais e das entradas que não geram dívidas diretamente alocadas a programas de redução da pobreza como proporção do PIB

1.b - Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza

Proporção das despesas governamentais recorrentes e de capital em setores que beneficiam desproporcionalmente mulheres, grupos pobres e vulneráveis

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria da Mudança, utilizada como um instrumento para proceder à avaliação *ex-ante* dos Programas do PPA 2020-2023 Estadual, foi apresentada no Módulo II desse curso e busca apoiar a construção e a descrição da intervenção governamental de maneira lógica. A partir dessa metodologia, a obtenção de um conjunto de indicadores consistentes, por sua vez, possibilita a qualificação e o aprimoramento de todas as etapas do ciclo de políticas públicas, em especial as de monitoramento e avaliação.

O monitoramento e a avaliação são indispensáveis à qualificação do planejamento dos programas e à melhor efetividade das ações e devem ser planejados na etapa de formulação das políticas públicas para que sejam realizados da forma mais adequada.

Diante da importância do tema, desde 2016 a Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas (DIAP) do Departamento de Planejamento Governamental da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do RS busca instituir o processo de avaliação periódica no âmbito estadual, a fim de promover a cultura de gestão baseada em evidências. Os estudos já desenvolvidos pela Divisão podem ser acessados no site da Secretaria, disponível em planejamento.rs.gov.br/relatorios-das-avaliacoes-de-politicas-publicas. Por fim, todos os esforços têm como objetivo aprimorar efetivamente as ações de planejamento governamental estadual.

No próximo módulo do Curso aprenderemos como inserir a regionalização no planejamento de indicadores e metas.

Bons estudos!

9 REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante – Volume 1. Brasília: Ipea, 2018.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post – Volume 2. Brasília: Ipea, 2018.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. AGENDA 2030 - ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ipea, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Caderno de estudos do Curso em Conceitos e Instrumentos para o Monitoramento de Programas. Brasília: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social; Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo, 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Caderno de estudos do Curso de Capacitação EAD em Planejamento Estratégico Municipal e Desenvolvimento Territorial - Módulo 3: Monitoramento e Avaliação. Brasília: MP, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo, 2014.

CASSIOLATO, M.; GUERESI, S. Como Elaborar Modelo Lógico: Roteiro para Formular Programas e Organizar Avaliação. Nota Técnica Nº 6. Brasília: Ipea, 2010.

CARDOSO Jr., J. C.; CUNHA, A. S. Planejamento e avaliação de políticas públicas. Livro 1: Pensamento Estratégico, Planejamento Governamental & Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo Brasília: Ipea, 2015.

ESTRATÉGICA ODS. Onde estão os indicadores que acompanham os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.estrategiaods.org.br/onde-estao-os-indicadores-que-acompanham-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

JANNUZZI, P. M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Editora Alínea, 2009.

NAÇÕES UNIDAS. Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/amp/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/relatorios-das-avaliacoes-de-politicas-publicas>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Marco Metodológico do PPA 2020-2023. Seplag, 2019.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://indicadoresods.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

PORTAL ODS. Serviço Social da Indústria. Departamento Regional do Estado do Paraná. Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://portalods.com.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

SESI. Serviço Social da Indústria. Departamento Regional do Estado do Paraná. Observatório Regional

Base de Indicadores de Sustentabilidade. Construção e Análise de Indicadores. Curitiba, 2010.

TCU. Técnica de Auditoria - Indicadores de Desempenho e Mapa de Produtos. Brasília, 2000.